






A alfabetização de jovens e adultos no Brasil: a invisibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

 Leandro Lampe¹,  Shirley Bernardes Winterr²,  Mariglei Severo Maraschin³

¹ Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Programa de Pós-graduação em Educação. Avenida Roraima, n. 1000, Prédio da Reitoria, 7º andar, Sala 725, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, Brasil. ² Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. ³ Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Autor para correspondência/Author for correspondence: leandroolampe@gmail.com

RESUMO. Ao longo dos tempos a Educação no Brasil passou por avanços e inovações, no entanto, alguns âmbitos ainda encontram dificuldades para seguir atendendo à população brasileira. É o caso da Educação de Jovens e Adultos, que têm sua defesa e manutenção restrita ao trabalho desempenhado por poucos profissionais da Educação. Neste estudo, observa-se uma instância ainda mais crítica, a Alfabetização de Jovens e Adultos na zona rural do Brasil, considerando o poder de transformação da alfabetização na vida destes sujeitos. Para tal, assume-se como objetivo geral deste estudo, analisar os índices de alfabetização e analfabetismo na Educação de Jovens e Adultos da zona rural do Brasil e mapear os estudos anteriores realizados sobre a temática. A produção de dados ocorreu, principalmente, a partir de repositórios virtuais que possuíam por base o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios e o Painel de Indicadores do Plano Nacional de Educação. Com os dados, pôde observar-se que, havia regiões brasileiras com 50% da população da zona rural analfabeta. Na região sul os dados não apresentam tanta discrepância entre os índices de alfabetização da zona urbana e rural, entretanto, ainda carecem de olhares e ações para que o analfabetismo seja superado.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, alfabetização, zona rural.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19754	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Adult and Youth Literacy in Brazil: The Invisibility of Rural Workers

ABSTRACT. Over time, education in Brazil has undergone advances and innovations; however, some areas still face difficulties in meeting the needs of the Brazilian population. This is the case of Youth and Adult Education, whose defense and continuity depend largely on the work of a few education professionals. This study focuses on an even more critical instance: the literacy of young people and adults in rural areas of Brazil, considering the transformative power of literacy in the lives of these subjects. The general objective of this study is to analyze literacy and illiteracy rates in Youth and Adult Education in rural Brazil and to map previous studies conducted on the subject. Data were mainly collected from virtual repositories based on the Demographic Census, the National Household Sample Survey, and the National Education Plan Indicator Panel. The data show that in some Brazilian regions, up to 50% of the rural population is illiterate. In the southern region, the data do not show such a large discrepancy between urban and rural literacy rates; however, there is still a need for attention and action so that illiteracy can be overcome.

Keywords: Youth and Adult Education, literacy, rural.

La alfabetización de jóvenes y adultos en Brasil: la invisibilidad de los trabajadores y trabajadoras rurales

RESUMEN. A lo largo del tiempo, la educación en Brasil ha experimentado avances e innovaciones; sin embargo, algunos ámbitos todavía enfrentan dificultades para atender a la población brasileña. Tal es el caso de la Educación de Jóvenes y Adultos, cuya defensa y continuidad dependen, en gran medida, del trabajo de unos pocos profesionales de la educación. Este estudio analiza una instancia aún más crítica: la alfabetización de jóvenes y adultos en las zonas rurales de Brasil, considerando el poder transformador de la alfabetización en la vida de estos sujetos. El objetivo general de este estudio es analizar los índices de alfabetización y analfabetismo en la Educación de Jóvenes y Adultos de las zonas rurales de Brasil y mapear los estudios anteriores realizados sobre la temática. La producción de datos se basó principalmente en repositorios virtuales que utilizan como base el Censo Demográfico, la Encuesta Nacional por Muestras de Hogares y el Panel de Indicadores del Plan Nacional de Educación. Los datos muestran que, en algunas regiones brasileñas, hasta el 50% de la población rural es analfabeta. En la región sur, los datos no presentan una discrepancia tan grande entre los índices de alfabetización urbana y rural; sin embargo, aún se requieren miradas y acciones para que el analfabetismo sea superado.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos, alfabetismo, zona rural.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta-se em meio a diversas discussões no contexto educacional do país, associada à Educação Profissional e Tecnológica, à alfabetização, entre outras (Maraschin, 2019). No entanto, ainda carece de olhares para além das questões "paliativas" que circundam a EJA, nesta situação, cabe a poucos estudá-la, defendê-la e propor ações que a assegurem como proposta de formação para muitos trabalhadores que tiveram o direito de acesso à Educação negado em outros períodos da vida.

Teimar em ver esse tempo escolar como suplência-reparação dos percursos escolares truncados teve em nossa história - e continua tendo, até nas Diretrizes Curriculares - uma função política perversa: ocultar a EJA como espaço social e político de coletivos de classe, raça, etnia, periferia, campo. (Arroyo, 2017, p. 24).

Neste breve estudo, optou-se por um olhar ainda anterior às propostas de formação na EJA, voltando-se para o alicerce da construção do conhecimento formal, a possibilidade de compreender e decifrar símbolos e códigos: a alfabetização. Pois, compreende-se que a partir disto, é permitido ao sujeito a possibilidade da transformação, da cidadania, da busca pelos seus direitos, inclusive para a continuidade na Educação, para Vieira Pinto (2010, p. 49) “o homem que adquire o saber, passa a ver o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento transformador de seu mundo.”

A transformação se dá para o mundo pessoal, do próprio indivíduo, mas também para o mundo externo, a partir das possibilidades de assegurar suas ideologias, como, por exemplo, a possibilidade de escolher seus governantes. Assim, a alfabetização caracteriza-se como ato político, como já pôde-se observar ao longo da história brasileira, quando aqueles que não sabiam ler nem escrever, não tinham o direito ao voto, quando “no final do século XIX, numa inversão malabarista de causa e efeito, fez-se do analfabetismo ... a grande vergonha nacional. E, para lavar a honra nacional, tirou-se do analfabeto o direito ao voto por mais de um século” (Ferraro & Kreidlow, 2004, p. 191).

Desde então algumas ações, no âmbito das políticas educacionais, já foram tomadas, como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE foi implementado no ano de 2014 por meio da Lei n.º 13.005/2014, com vigência por 10 (dez) anos. Porém, em 25 de julho de 2024, momento em que terminaria o prazo de vigência definido inicialmente,

instituiu-se a Lei n.º 14.934/2025 que prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a validade do PNE. O plano estabelece algumas metas com objetivo de qualificação da educação nacional, bem como a garantia de acesso a mesma em todo território nacional. Dentre estas metas, encontra-se a meta de número nove, que prevê

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (Brasil, 2014).

O encerramento do PNE, deveria ocorrer em dez anos, e de acordo com a meta nove, projetava-se então, no PNE 2014-2024 a erradicação do analfabetismo absoluto no país, porém, infelizmente essa meta não se cumpriu.

Historicamente a EJA no Brasil é tratada com descaso, desse modo, vínhamos de um período de silenciamento (Maraschin, 2019) e retrocessos (Maraschin; Winter, 2020), quando em meio a pandemia Covid 19, surge a Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021, que define as “Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância”. Legislação que, ao nosso ver, estabeleceu alguns perigos, como o crescimento do ensino privado, e o incentivo a EJA na forma EaD.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) neste ano aprova uma nova legislação, a resolução CNE/CEB Nº 3, de 8 de abril de 2025 que estabelece as diretrizes operacionais da EJA. A resolução substitui a Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021, que apresentava perigos e contradições. A nova resolução prioriza a oferta de EJA presencial, limita a oferta de EJA a distância, pressupõe a expansão territorial da oferta da EJA, sinaliza a ampliação de vagas e considera os saberes construídos antes do ingresso nos cursos da EJA, ao nosso ver, questões positivas que a resolução propõe, mas que demandam análise aprofundada, visto que, a legislação é recente.

Seguindo nessa perspectiva da legislação, em 5 de junho de 2024, foi criado o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, uma política pública proposta de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC) com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Pacto se constitui em uma política pública que tem como objetivos superar o analfabetismo; elevar a escolaridade; ampliar a

oferta de matrículas da (EJA) nos sistemas públicos de ensino, e aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional (MEC, 2024).

O tema, alfabetização na EJA, por si só necessita de olhares e discussões, no entanto, aqui, apresenta-se ainda outra especificidade, um olhar para a alfabetização na EJA dos trabalhadores e produtores rurais do Brasil. Pereira e Castro (2019), consideram que a possibilidade de acesso às instituições que possibilitam o ensino, bem como a qualidade deste serviço não são uniformes no território do país, existindo diferenças significativas entre as regiões, estados e municípios, no entanto, demarcam que diferença ainda mais significativa deva ser nos indicadores educacionais do meio rural e urbano.

O público do meio rural por vezes se encontra em condições de marginalização das políticas sociais, não sendo diferente quanto à Educação. Desta forma, se mostra necessário um levantamento quanto a situação atual deste público. Dadas as dificuldades de acesso às realidades dos trabalhadores rurais, acredita-se que reflitam também na produção dos dados para este estudo.

Algumas questões mobilizam esta pesquisa, entre elas desvendar qual a situação da alfabetização da população rural em nosso país? Quais foram os avanços neste sentido nos últimos anos? Quais estudos vêm sendo produzidos sobre esta temática? Para isso, assume-se como objetivo geral deste estudo analisar os índices de alfabetização e analfabetismo na Educação de Jovens e Adultos da zona rural do Brasil e mapear os estudos anteriores realizados sobre a temática.

Percurso metodológico

A organização do estudo constituiu-se por meio da produção dos dados através de portais e repositórios disponíveis na *internet*. Então, o *corpus* de análise, constitui-se com os trabalhos, teses e dissertações, disponíveis no portal de teses e dissertações da CAPES encontrados através dos termos “alfabetização”, “zona rural” e “Educação de Jovens e Adultos” utilizando os *booleanos* “AND” e as “” (aspas).

Visando a produção de dados estatísticos recorreu-se, principalmente, ao Painel de Indicadores do Plano Nacional de Educação dos anos de 2012 até 2023. Durante as buscas, outros portais se mostraram promissores quanto ao acompanhamento dos dados, como o Atlas do Desenvolvimento Humano e o Censo Demográfico.

Dessa forma, para organização e análise dos dados encontrados, recorreu-se aos recursos da Educação Comparada. Marconi e Lakatos (2003, p.107), ao apresentar o método comparativo, indicam que ele busca “verificar similitudes e explicar divergências”, além de poder apontar vínculos entre fatores presentes e ausentes. Lourenço (2004), ao tratar especificamente dos estudos comparados em seu livro “Educação Comparada”, também indica como pertinentes os estudos comparados para assinalar semelhanças e diferenças de determinados fenômenos, tanto à sua morfologia, quanto a suas funções, que podem estar expressas apenas em documentos legais ou ainda empregadas na prática. A tentativa de tornar a educação comparada uma forma de estudo unificada é assemelhada por Hans (1958) como a construção de um edifício complexo, contendo diferentes estilos arquitetônicos constituídos por diferentes estudiosos em determinados períodos históricos aos quais seus estilos estão diretamente relacionados.

As influências dos estudiosos que se empenharam na elaboração do método para os estudos comparados são apresentadas por Mattheou (2012), ao destacar a busca de técnicas específicas que indicassem o potencial exploratório e prognóstico da abordagem proposta. No entanto, neste trabalho assume-se o reconhecimento das particularidades dos universos a serem estudados, conforme indicado por Crossley (2012, p. 641), quando o autor destaca a relevância do contexto para esta forma de pesquisa e indica ainda que “... o contexto constitui tanto o foco quanto à metodologia – o contexto é o próprio coração da pesquisa”. Assim, mostra-se fundamental ser levada em consideração nesta pesquisa comparar os índices de alfabetização das regiões brasileiras, considerando as particularidades atribuídas a elas, por exemplo, pelas cidades que as compõem, sendo elas diferentes entre si, mas com possíveis aproximações.

Com a produção dos dados ocorrendo de forma qualitativa e quantitativa de forma simultânea, caracteriza-se a produção dos dados como sendo de forma mista. Além disso, conforme já indicam Marconi e Lakatos, as mudanças quantitativas refletem em mudanças qualitativas: “a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrerem mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 104). Desta forma, a análise dos dados se dará de forma descritiva, cotejando os resultados qualitativos, com aqueles quantitativos disponibilizados através dos repositórios disponibilizados na rede. Assim, o estudo se caracteriza como quali quantitativo.

Os estudos anteriores

A procura pelos estudos anteriores mostra-se como um passo importante para a pesquisa, de modo a identificar o que já foi produzido sobre o tema em âmbito acadêmico. Cabe destacar que, esta busca nos repositórios aconteceu inicialmente em outubro de 2022, e foi revisada em março de 2025. Ao objetivar os estudos da pós-graduação, optou-se para partir da busca no portal de teses e dissertações da CAPES, sendo assim, foram encontrados dez estudos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Trabalhos encontrados no portal de teses e dissertações CAPES.

	Pesquisador	Título	Tipo	Universidade
1	DULES, LAYANE FERREIRA	O ENSINO DA LITERATURA NA FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DA EJA EM UMA ESCOLA RURAL DO AGRESTE ALAGOANO	Dissertação/2023	Universidade Estadual de Alagoas
2	SANTOS, JAQUELINE ALVES CALACA	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO: CURRÍCULO, DIDÁTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	Dissertação/2023	Universidade de Pernambuco
3	LIRA, MARCOS MOREIRA.	EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE VIVA DEUS: MÍSTICA POPULAR, AMOROSIDADE E DIALOGICIDADE PARA O FORTALECIMENTO DA LUTA PELA CONQUISTA DA TERRA	Dissertação/2021	Universidade Federal do Maranhão
4	FREITAS, JULLYANA CRISTHINA ALMEIDA DE	Plantando na esperança de sair a terra”: experiências de luta em educação popular e emancipação humana na comunidade viva Deus	Dissertação/2021	Universidade Federal do Maranhão
5	FIGUEIREDO, LILIAN ROLIM	A TRADICIONALIDADE, MEMÓRIA E SABERES DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA	Dissertação/2021	Universidade Federal do Maranhão

		RESERVA EXTRATIVISTA DE CIRIACO-MA		
6	Oliveira, Letícia Borges de	Educação no campo: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970- 1985)	Dissertação/2011	Universidade Federal de Uberlândia
7	FERREIRA, NIRCE BARBOSA CASTRO	Construindo a alfabetização de educandos no movimento popular do rodeador df: a escola do coração	Dissertação/2009	UNB
8	RODRIGUES, FRANCISCO ANTONIO ALVES	Instituto Coração de Estudante: educação e mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais em Pentecoste-Ceará.	Dissertação/2007	Universidade Federal do Ceará
9	ALVARINO, JOSUÉ VIANA	O processo de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos da reforma agrária na região extremo- norte/ES: 1999-2000	Dissertação/2003	UNB
10	MORAIS, ANA MARIA VERGNE DE	O teatro de bonecos na alfabetização de pessoas adultas da zona rural: um estudo de caso na comunidade de N. Sra. das Candeias/Feira de Santana	Dissertação/2000	Universidade Federal da Bahia

Fonte: Autores, 2025.

Como pode-se observar, as pesquisas foram mapeadas sem o filtro temporal, e ao todo obteve-se um total de 10 pesquisas, sendo a mais antiga publicada há 25 anos, e as mais recentes defendidas há 2 anos. Todas elas sendo caracterizadas como trabalho de conclusão de mestrado.

A seguir, apresenta-se as pesquisas encontradas no repositório ScieELO, realizada inicialmente em outubro de 2022, e revisada em março de 2025, com os mesmos termos utilizados no portal anterior e no mesmo período de tempo.

Quadro 2: Trabalhos encontrados no portal SciELO.

	Pesquisadores	Título	Ano	DOI/link
1	Sampaio, Carlos Eduardo Moreno ;	1. A educação de	2022	https://doi.org/10.2

	Hizim, Luciano Abrão	jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular		4109/2176-6681.rbep.103i264.5135
2	Di Pierro, Maria Clara ; Andrade, Marcia Regina	2. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004	2009	https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200004
3	Oliveira, Ivanilde Apoluceno de	1. Educação de Jovens e Adultos e sua interface com a Educação do Campo: análise da produção em periódicos	2022	https://doi.org/10.1590/0104-4060.82106
4	DIAS, DANIELLY FERREIRA ; SPOSITO, NEUSA ELISA CARIGNATO	2. EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA A EJA DE UMA ESCOLA DE ASSENTAMENTO	2021	https://doi.org/10.1590/0102-4698231147
5	Alencar, Diego Pinheiro; Alencar, Juheina Lacerda Ribeiro Viana ; Junqueira, Adenilda Rodrigues da Silva	3. UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	2020	https://doi.org/10.4215/rm2020.e19017
6	Freitas, Katia Pinheiro; Silva, Lourdes Helena da	4. Reflexão e Análise da Formação de Educadores de Jovens e Adultos do Campo	2016	https://doi.org/10.1590/2175-623647950
7	Silva, Lourdes Helena da; Costa, Vânia Aparecida ; Rosa, Walquíria Miranda	5. A educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária: desafios da formação de educadores do campo	2011	https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000100009

8	Di Pierro, Maria Clara ; Andrade, Marcia Regina	6. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004	2009	https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200004
9	Pereira, Sônia .	7. Espaços de participação e escolarização de trabalhadores rurais: construção ou destituição do direito à educação no campo?	2007	https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000200014
10	Fávero, Osmar	8. Materiais didáticos para a educação de jovens e adultos	2007	https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000100004

Fonte: Autores, 2025.

A partir do exposto, observa-se maior quantidade de trabalhos produzidos envolvendo a Educação de Jovens e Adultos da zona rural, inclusive com maior distribuição ao longo dos anos neste repositório. Todos os trabalhos contemplam aspectos importantes, no entanto, não encontram em seu cerne a questão da alfabetização/analfabetismo dos sujeitos do meio rural. Os principais termos abordados nos artigos foram Educação de Jovens e Adultos, Educação no campo, Formação de Professores e Escola de Assentamento, conforme apresentado na figura abaixo:

Figura 1: Termos presentes nas palavras-chave



Fonte: Autores, 2025.

Conforme pode-se observar, não são apresentados nos artigos os termos “alfabetização” ou “analfabetismo”, apesar disso, dois artigos se destacam por abordar a temática em riqueza de detalhes, sendo estes: “UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS” (Alencar; Alencar e Junqueira; 2020) e “Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004” (Di Pierro & Andrade, 2009). Cabe destacar que na revisão realizada em 2025 como forma de atualização do que está sendo produzido, não foram encontrados nenhum trabalho com os descritores definidos.

Indicadores de alfabetização

A dificuldade do acesso dos trabalhadores e produtores rurais à Educação também se soma à dificuldade do acesso a esse público para a produção de informações que permitam o mapeamento das suas condições quanto às diferentes variáveis sociais. Dessa forma, ao propor o presente estudo, um longo período foi destinado à busca de sites, portais e repositórios digitais que expressassem indicativos quanto à alfabetização do povo brasileiro, mas que permitissem a implementação de um filtro para um olhar específico do público rural.

Com isso, encontrou-se o Painel de Indicadores do Plano Nacional de Educaçãoⁱ, mais precisamente para a meta 9.

A invisibilidade da alfabetização no meio rural se mostra também nas pesquisas, sendo necessário buscar informações em diversas bases de dados, como no já citado Painel de acompanhamento das metas do PNE, no Atlas de Desenvolvimento Humanoⁱⁱ, na Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agráriaⁱⁱⁱ e no próprio Censo Demográfico do Brasil^{iv}.

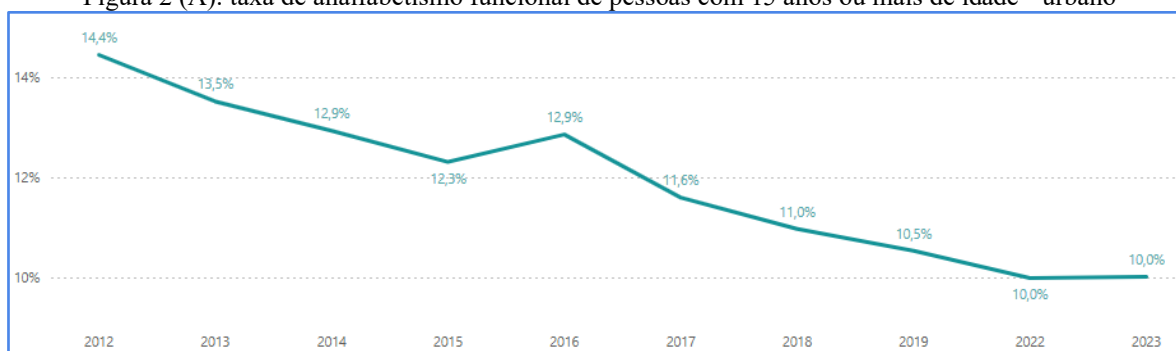
Os dados produzidos com a pesquisa podem, por vezes, parecer apenas numéricos, quantitativos, porém, são representativos de sujeitos, de diferentes vidas de homens e mulheres que, assim como todos os demais, possuem seus direitos e deveres, dentre estes, o direito de acesso à Educação. O olhar sobre estes dados possibilita identificar um panorama social de nosso país, permitindo orientar políticas sociais, implementação de programas, entre outras ações para que as discrepâncias das nossas sociedades sejam sanadas, ou ao menos, diminuídas.

Conforme os dados apresentados por Pereira e Castro (2019), para a compreensão real dos dados informados, por vezes é necessária a desagregação dos mesmos, de forma a observar como cada região se comporta para a constituição do todo. Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) têm-se que:

O IDHM brasileiro em 2010 foi de 0,727, valor considerado alto. Porém, ao desagregar os valores por situação de domicílio rural e urbana, observa-se que o IDHM urbano foi de 0,750 (alto IDHM), enquanto o rural foi de 0,586 (baixo IDHM). Essa informação já aponta a grande divergência entre o Brasil Urbano e o Brasil Rural e a necessidade de se olhar as peculiaridades de cada meio para a implementação de políticas públicas adequadas. (Pereira & Castro, 2019, p. 64).

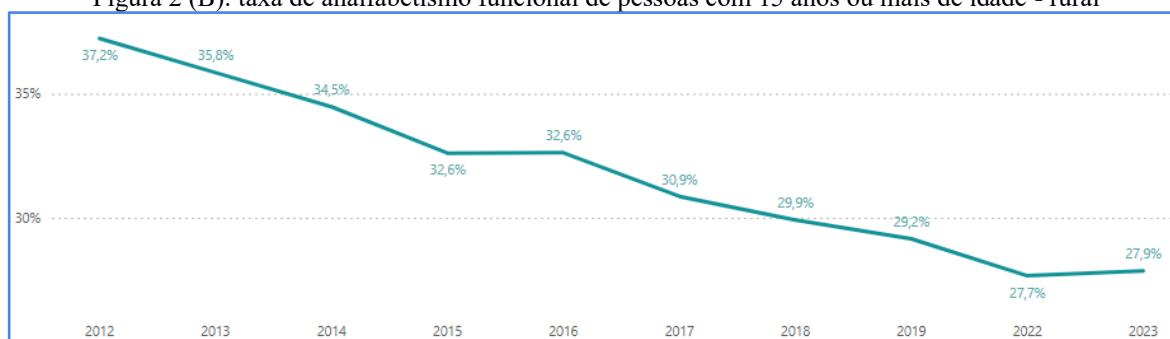
Ao analisar o índice de analfabetismo, por exemplo, de um corte populacional utilizado e divulgado pelo Painel de Indicadores do Plano Nacional de Educação, pessoas de 15 anos ou mais de idade, tem-se, ao total, que 37,2% da população brasileira rural era analfabeta funcional no ano de 2012, já no ano de 2023 esse número caiu para 27,9%. Os dados assumem discrepâncias ainda maiores ao desagregar os dados da população urbana e rural do país, sendo que, segundo o Painel, no ano de 2012 o percentual de analfabetos funcionais na zona urbana era de 14,4%, percentual que no ano de 2023 caiu para 10% da população. Os dados podem ser visualizados na Figura 2 A (taxa de analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais de idade - urbano) e B (taxa de analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais de idade - rural).

Figura 2 (A): taxa de analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais de idade - urbano



Fonte: Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação - abril de 2025.

Figura 2 (B): taxa de analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais de idade - rural



Fonte: Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação - abril de 2025.

Ao analisar a Figura 2B, que trata do analfabetismo do público rural, a discrepância das regiões norte e nordeste comparadas às regiões sul e sudeste ficam ainda mais acentuadas. Sendo que na região sul, o estado do Paraná aparece em destaque, segundo o Quadro 3, observa-se que o Paraná possui indicadores maiores em comparação aos estados que compõem a região.

Quadro 3: Analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais – região sul ano de 2023.

	Urbano	Rural
Paraná	10,7%	21%
Santa Catarina	7,6%	14,4%
Rio Grande do Sul	7,2%	15,4%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2025.

Apesar do fato dos índices da região sul serem menores, não os tornam aceitáveis. Entretanto, para fins de comparação, apresenta-se no Quadro 4, os indicadores de analfabetismo na região nordeste.

Quadro 4 Analfabetismo de pessoas com 25 anos ou mais – região nordeste.

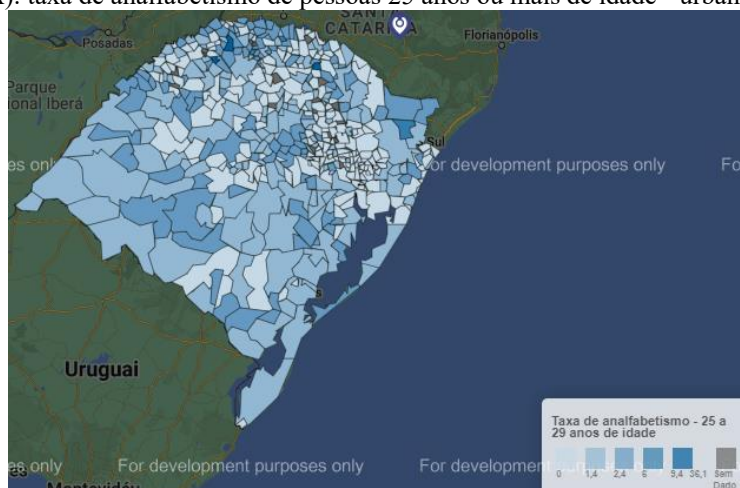
	Urbano	Rural
Maranhão	15,3%	33%
Piauí	16,7%	35,7%
Ceará	15,8%	33,3%
Rio Grande do Norte	13,9%	33,6%
Paraíba	17,5%	34,6%
Pernambuco	13,8%	34,4%
Alagoas	17,1%	35,6%
Sergipe	14,7%	34%
Bahia	14,3%	33,8%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2025.

Com os dados expostos, observa-se ainda mais a disparidade das regiões, sendo que na região sul os estados permanecem em torno de 10% da população nesta faixa etária analfabeta, enquanto na região nordeste, nenhum dos estados apresenta índice de menos de 30%, levando em consideração as regiões urbana e rural conjuntas.

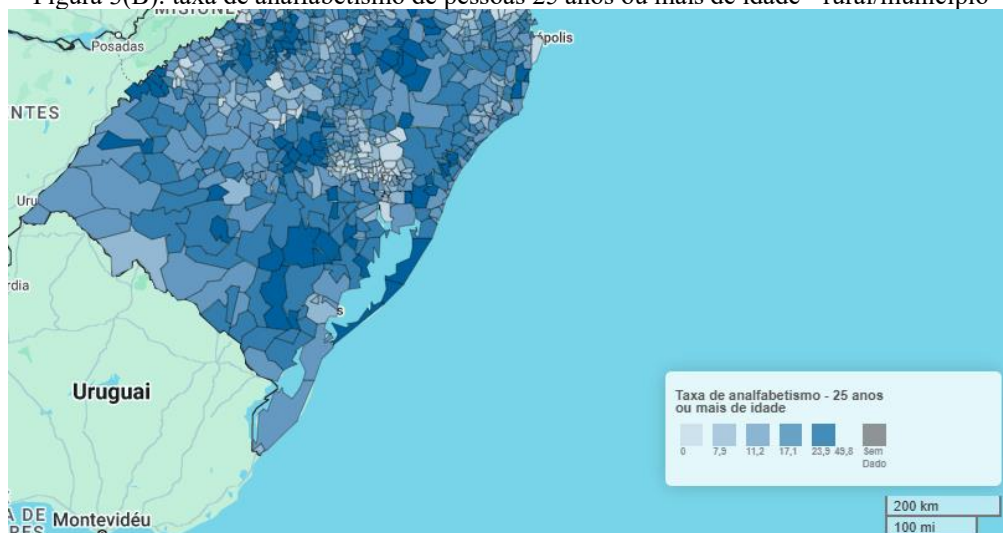
Ao analisar de maneira mais próxima as condições do estado do Rio Grande do Sul quanto aos indicadores de alfabetização do povo gaúcho, pode observar a Figura 3 A (taxa de analfabetismo de pessoas 25 anos ou mais de idade - urbano/município) e Figura 3 B (taxa de analfabetismo de pessoas 25 anos ou mais de idade - rural/município).

Figura 3(A): taxa de analfabetismo de pessoas 25 anos ou mais de idade - urbano/município



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2025.

Figura 3(B): taxa de analfabetismo de pessoas 25 anos ou mais de idade - rural/município



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2025.

De acordo com os dados estaduais apresentados anteriormente, evidencia-se pouca disparidade no mapa municipal do estado do RS quanto ao analfabetismo da população rural versus população urbana. Ao buscar por dados mais precisos quando a situação do estado do RS, elaborou-se as tabelas a seguir, Quadro 5, com os dez municípios com a menor taxa de analfabetismo do estado, e a Quadro 6, com os dez municípios com a maior taxa de analfabetismo do estado.

Quadro 5 - Dez municípios com a menor taxa de analfabetismo

Território	Taxa de analfabetismo
Feliz (RS)	1,1
Morro Reuter (RS)	1,21
São Vendelino (RS)	1,39
Imigrante (RS)	1,54
São José do Hortêncio (RS)	1,68
Parei Novo (RS)	1,91
Bom Princípio	2,07
Tupandí (RS)	2,11
Chui (RS)	2,14
Santa Maria do Herval (RS)	2,14

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2025.

Quadro 6 - Dez municípios com a maior taxa de analfabetismo

Território	Taxa de analfabetismo
Braga (RS)	17
Rio dos Índios (RS)	18,05
Novo Tiradentes (RS)	18,47
Barros Cassal (RS)	18,55
São José do Herval (RS)	20,09
Redentora (RS)	20,73
São José do Norte (RS)	21,26
Fontoura Xavier (RS)	21,42
Lajeado do Bugre (RS)	22,36
Lagoão (RS)	24,77

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2025.

Os indicadores ao serem analisados separadamente, revelam a discrepância entre os municípios do RS. Tanto os municípios presentes no Quadro 5 ou no Quadro 6, não apresentam homogeneidade nas regiões estaduais nas quais estão situadas, dessa forma, mostra-se necessário um olhar atento às condições de toda territorialidade que, de diferentes formas, demonstram suas carências. Essas carências acabam sendo mais expostas a partir dos dados do censo de 2024 referentes às matrículas da Educação de Jovens e Adultos, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental-Brasil 2024		Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio-Brasil 2024	
Rural	429,245	Rural	55,792
Urbano	985,684	Urbano	920,598

Fonte: Inep/Censo escolar 2024.

Os dados acima ressaltam a discrepância da busca pela Educação de Jovens e Adultos entre os meios rural e urbano, onde é possível constatar que os matriculados são significativamente em menor número no meio rural, principalmente da Educação de Jovens e Adultos na etapa do Ensino Médio.

Apesar dos desafios de alcançar o público rural, que apresenta maiores demandas para o avanço na educação, os dados produzidos para este estudo podem servir como fator motivador para impulsionar os avanços necessários.

Considerações finais

As considerações possíveis de serem tecidas até aqui são a respeito da trajetória da pesquisa em si e dos dados produzidos. Pois, as considerações a respeito da alfabetização dos trabalhadores e produtores rurais são alteradas constantemente, a partir da implementação de políticas educacionais, de novos acessos e olhares para estas realidades. A distância tem sido uma constante na trajetória dos sujeitos do campo, seja em relação à educação, às políticas públicas ou às pesquisas. O Pacto pela EJA é uma proposta animadora contra os entraves existentes, e busca encurtar estas distâncias ao propor superar o analfabetismo; elevar a

escolaridade; ampliar a oferta de matrículas, são ações fundamentais para a continuidade de tão importante modalidade.

Os dados produzidos neste estudo, permitem evidenciar as condições precárias quanto à alfabetização de jovens e adultos, principalmente nas regiões norte e nordeste do país. Ao analisar apenas os índices de alfabetização da zona rural, as condições são ainda piores. A situação se agrava ao assumir a postura adotada neste estudo, ao observar que os índices são as representações de pessoas, com suas vidas impactadas pela impossibilidade do acesso à educação em determinado período da vida. Apesar de nas regiões sul e sudeste os índices de alfabetização serem mais elevados, ainda se encontram municípios, no caso do estado do Rio Grande do Sul, que necessitam de atenção.

Os dados que foram analisados no estudo expõem as realidades dos sujeitos do campo, no entanto, a dificuldade de acesso a esses dados evidencia a invisibilidade desses sujeitos perante as políticas públicas, inclusive as educacionais. Visto que por vezes os sujeitos do campo não são considerados nem nas estatísticas que podem promover discussões e transformações nas políticas brasileiras. Desse modo, é possível tecer novas considerações sobre a situação da alfabetização dos trabalhadores e produtores rurais, o impacto de políticas educacionais implementadas durante esse período, bem como sua efetividade.

Essas possíveis alterações puderam ser motivadas por políticas educacionais implementadas neste período, inclusive pelo pacto pela EJA, que objetivam a superação do analfabetismo brasileiro.

Referências

Arroyo, M. G. (2017). *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA – Itinerários pelo direito a uma vida justa*. Vozes.

Brasil. (2014, 25 de junho). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Brasil. (2024, 25 de julho). *Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14934.htm

Crossley, M. (2012). Repensando o contexto em educação comparada. In R. Cowen, A. M. Kazamias, & E. Ulterhalter (Orgs.), *Educação comparada: panorama internacional e*

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 13/04/2025
Aprovado em: 09/10/2025
Publicado em: 17/12/2025

Received on April 13th, 2025
Accepted on October 09th, 2025
Published on December, 17th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Lampe, L., Winterr, S. B., & Maraschin, M. S. (2025). A alfabetização de jovens e adultos no Brasil: a invisibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19754.
